

## Os jovens assentados e suas perspectivas atuais e de futuro mais remoto: estudo no Assentamento Caprisa, em Assunção do Piauí

Amanda Ferreira da Silva<sup>1</sup>

Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes<sup>2</sup>

**Resumo:** Com o intuito de compreender as razões que levam os jovens a deixarem o campo, este estudo tem como área de estudo o Assentamento Caprisa, localizado no Município de Assunção do Piauí. Foram incluídas na pesquisa pessoas com idades entre 18 e 30 anos, faixa etária considerada ativa profissionalmente, priorizando este critério em detrimento de outros. Para sua elaboração, foram realizadas pesquisas bibliográficas de materiais relacionados ao tema, além de visitas ao local selecionado e aos assentados, onde ocorreram conversas informais, observações e aplicação de questionários, resultando em uma compilação documental. Todas as informações coletadas foram selecionadas e organizadas neste texto. Os questionários foram administrados via WhatsApp, sendo aplicados aos egressos do Assentamento. Com base na análise realizada, conclui-se que, embora nem todos os jovens assentados tenham a intenção de deixar o local, muitos são obrigados a fazê-lo devido à necessidade de buscar melhores condições de vida. No entanto, quando possível, eles expressam o desejo de retornar.

**Palavras-chave:** Assentamento; Jovens; Condições de vida.

### Young settlers and their current and more remote future perspectives: study at the Caprisa Settlement, in Assunção do Piauí

**Abstract:** With the aim of understanding the reasons that lead young people to leave the countryside, this writing appears, which has as its study area the Caprisa Settlement, located in the Municipality of Assunção do Piauí. People aged between 18 and 30 were included in the research, an age group considered professionally active, prioritizing this criterion over others. For its preparation, bibliographical research of materials related to the topic was carried out, in addition to visits to the selected location and to the settlers, where informal conversations, observations and questionnaires were administered, resulting in a documentary compilation. All information collected was selected and organized in this text. The questionnaires were administered via WhatsApp, being applied to former residents of the Settlement. Based on the analysis carried out, it is concluded that, although not all young settlers have the intention of leaving the place, many are forced to do so due to the need to seek better living conditions. However, when possible, they express a desire to return.

**Keywords:** Settlement; Young; Life conditions.

<sup>1</sup>Mestranda do programa de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-MAG-UVA, bolsista CAPES. Autora correspondente: [amandaferrerasilva030@gmail.com](mailto:amandaferrerasilva030@gmail.com)

<sup>2</sup>Professora colaboradora no Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

## Introdução

Reforma Agrária representa mais do que assegurar o acesso a terras, bem como afiançar, nelas, a manutenção das pessoas, com pelo menos o básico para a sobrevivência, educação, saúde, alimentação e oportunidades para melhorar de vida, principalmente investimentos. Até hoje, no entanto, após muitas lutas de movimentos socio territoriais, ela ainda está distante de ser praticada, porquanto o máximo que se conseguiu foi a criação de assentamentos.

Há certo tempo, contudo, são constituídos assentamentos, mas desprovidos até do mínimo para garantir qualidade de vida às famílias e oportunidade para as próximas gerações. Por oportuno, se exprime o fato de isto ser assinalado por Galindo (2014, p.40), ao mencionar que, “[...] sendo a reforma agrária tão limitada e tão restrita, acaba-se tendo que construir uma fila de pessoas desprovidas que estão lutando por terra e, dentro dessa priorização, alguns ficam no final e esses são os jovens”.

Ser jovem é uma categoria complexa, pois são muitos aspectos a se contabilizar na definição do conceito, alguns dos quais são ressaltados por Trindade (2015, p. 106), ao expressar a ideia de que:

[...] os limites de idade não são fixos, portanto, ser jovem tem ligação com as condições econômicas da família, com as questões de gênero e raça, com o local de moradia, a discriminação por endereço; ser acampado, assentado, o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência, a disparidade regional e as relações entre campo-cidade. Todos esses aspectos e, certamente, outros que não foram elencados devem ser considerados para caracterizar matizes da condição juvenil.

Galindo (2014) acentua, em relação à impermanência dos jovens, que é esta configura culpa das famílias, no entanto, é notório o fato de deixar de ser restrita responsabilidade delas, sendo necessárias políticas que ofertem oportunidades efetivas aos jovens, a fim de eles permanecerem no campo, com a chance de escolher, possuindo direitos plenos ao lazer, à cultura, ao esporte, à saúde e à educação.

A juventude – isto é consabido – constitui fase marcante na vida de uma pessoa, momento de descobertas, de formulação da identidade, quando o ser humano precisa tomar decisões e lutar pela própria vida, motivo por que é uma etapa tão importante, como salientado por Trindade (2016, p.295): “[...] a Juventude é um momento complexo da vida humana, carregado de significação social, de profundas definições de identidade na esfera pessoal, social, profissional, o que requer intensa experimentação em diferentes esferas”.

Vivemos em um mundo globalizado, moderno, onde tudo está conectado. E não é diferente no que concerne aos espaços rurais, que estão se integrando, quando afloram no campo influências em diversos setores e, do jeito que é

assinalado por Paulo (2011), também, na vida dos jovens assentados. Estes estabelecem relações com outras comunidades rurais e com os centros urbanos, influenciando diretamente na formulação de sua identidade.

Estado, movimentos sócio territoriais e instituições precisam, assim como os assentados, mourejar juntos na formação das gerações que devem dar continuidade aos assentamentos. A educação é um dos caminhos para isso, mas ela precisa contribuir na evolução do movimento de pertença, abranger o estabelecimento da identidade, atribuir significado real ao ensinado em sala, mais do que repassar o que exigido no currículo comum. Impõe-se, ainda, trabalhar na valorização do assentamento e de seu povo, para que os jovens se identifiquem com sua comunidade.

É crucial despertar o interesse dos jovens assentados por lutarem, não apenas, pela melhoria de suas vidas, mas, também, pelo assentamento, certificando melhores condições, também, às próximas gerações. Os jovens acreditam que apenas saindo dos assentamentos vão melhorar suas vidas, destarte não divisam perspectivas, no campo, de um futuro mais aproximado, tampouco remoto.

Essa míngua de esperança, por parte da juventude, de alcançar meios para sobreviver, perseverando no ambiente rural, acarreta a saída para as cidades, tornando-se mão de obra desqualificada e barata nas indústrias e demais empresas urbanas, servindo, assim, aos detentores do capital, contribuindo no agravamento dos já complexos problemas citadinos, por exemplo, ocupando áreas impróprias, intensificando a favelização, a perda da dignidade, com procedência na precarização habitacional e empregatícia.

Os jovens carecem de autonomia, precisam conquistar independência e espaços. Acreditam, porém, que isso não é possível vivendo nos assentamentos, onde veem suas famílias trabalhando e mal conseguindo se manter sendo ainda mais difícil para os solteiros o acesso a políticas públicas e a investimentos financeiros para começarem as próprias vidas e aportarem à independência.

Com amparo na conjunção de problemas ora expressa, bem assim na preocupação com o futuro dos assentamentos, com o êxodo jovem, percebe-se a necessidade de uma discussão orientada para essa temática, demandando aspectos que contribuem para tal ocorrência e com vistas a apontar fatores habilitados a mudar essa realidade.

Nesse intento, escolheu-se o Assentamento Caprisa, localizado no Município de Assunção do Piauí como área de estudo.

Desde a observação no assentamento aqui exibido feito objeto de investigação, bem como em tantos outros, ao se ouvir falas em eventos e proceder a leituras concernentes, percebe-se que a população jovem não encontra perspectivas para continuar nos assentamentos. Mesmo tendo nascido e sendo criada realizando atividades rurais com a família, a mocidade não quer

continuar a exercê-las na maioria. Tal sucede por diversos fatores, entre os quais está aquele exprimido por Trindade (2015), para quem a ruralidade, principalmente em relação aos assentamentos, é desqualificada como *locus* de produção e de vida, acentuando que os lugares onde têm curso a civilização e o progresso são somente as cidades.

Residente no Assentamento Caprisa por 17 anos e continuando a fazer visitas frequentes, observou-se que a população jovem local está cada vez menor, fato comprovável ao se examinar a diferença na quantidade de matrículas realizadas no Município de Assunção do Piauí em dez anos, 2011 a 2021 enquanto, durante os correntes anos, os matriculados no Ensino Fundamental ultrapassam os mil, sendo o maior índice em 2012, com 1834, de acordo com dados disponíveis no sítio do IBGE (2021). O maior índice de matriculados no Ensino Médio ocorreu em 2021, no Município sob exame, com apenas 387 alunos.

Nota-se, ainda, que, de acordo com o Censo Agrícola realizado pelo IBGE em 2017, dos 1.254 estabelecimentos agropecuários do Município, apenas 50 têm produtores jovens com idade menor do que 25 anos, ou seja, menos de 4% do total.

Com procedência, então, nos indicadores agora mencionados, surgem os seguintes questionamentos: – por que *os filhos dos assentados não continuam no Assentamento?* - *Que motivos conduzem os jovens a migrarem para zonas urbanas tão cedo?* - *Qual será o futuro do Assentamento, se isso continuar a ocorrer?*

Para conceder resposta aos questionamentos retrocitados, foram considerados os objetivos expressos na sequência. Objetivo geral: Compreender os motivos da saída dos jovens assentados de seus assentamentos. Objetivos específicos: a) Identificar os principais motivos que causam a evasão dos jovens assentados; e b) apontar as razões de migração dos jovens do Assentamento Caprisa.

Percebeu-se, assim, a relevância desta discussão, considerando que esta configura a realidade de muitos assentamentos do Piauí e até do País. Atentou-se para a noção de que, no ano de 2017, de acordo com o IBGE, menos de 3% dos estabelecimentos agropecuários desse Estado tinham como produtores jovens de menos de 25 anos, e, no Brasil, menos de 2% desses estabelecimentos registravam, como produtores, jovens nessa faixa etária; e, ainda, de acordo com o Censo, verificou-se que há índices bem maiores de estabelecimentos com produtores em idades dos 45 até os 65 anos.

De tal modo expresso, certifica-se o fato de que os produtores do Brasil, Piauí e Assunção estão envelhecendo, o que justifica a relevância de uma inquirição científica debatendo esta matéria, com vistas a compreender as razões a fazerem com que os jovens filhos dos assentados não permaneçam nos assentamentos e não realizem trabalhos no campo, mesmo tendo sido criados, desde cedo,

executando essas atividades.

### Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, levou-se a efeito uma demanda bibliográfica, fez-se a leitura de materiais sobre o conteúdo - artigos, monografias, dissertações, teses, entre outros – visando a efetivar a fundamentação teórica, bem assim, executou-se um embasamento consistente para ordenar este experimento acadêmico.

Para a pesquisa de campo, segundo adiantado, foi escolhido o Assentamento Caprisa, por ser um local com história e aspectos comuns a muitos outros do Estado, suscetível de possibilitar uma visão da realidade dos demais. Feito local de vivência da autora deste escrito, sobraram despertos, então, os questionamentos sobre a realidade atual e futura dele e dos demais *locis* de habitação e vida interioranas.

Foram consideradas como fontes para a realização do estudo ora sob relato a observação, desde a convivência no Assentamento, conversas em visitas aos assentados e coleta de informações com o atual agente comunitário de saúde que atende as famílias habitantes nessa parte. Como partícipes desta investigação, foram tomados os jovens com idade de 18 a 30 anos que ali moram, bem como os egressos.

Aplicou-se questionário junto a 11 jovens com idades de 18 a 30 anos, que eram crianças ou nasceram após a ocupação do Assentamento, filhos de assentados que residem fora, para melhor compreender os principais motivos da intensiva migração encontrada entre as pessoas dessa faixa etária no lugar escolhido como área de estudo.

Os questionários foram realizados por meio da rede social *WhatsApp*, por terem sido feitos com jovens que moram em outras cidades do País, pois o meio de acesso mais fácil é essa ferramenta. Os instrumentos foram enviados para as pessoas pinçadas para o trabalho e que aceitaram participar da pesquisa, respondidos e remetidos pela mesma via.

Demandou-se indicar quais os meios de sobrevivência encontrados por eles, dentro e fora do sítio da pesquisa, conhecer os principais motivos que transportaram à sua saída, quais suas perspectivas dentro do assentamento, se acreditam na possibilidade de retorno.

O questionário envolveu estes pontos: idade com a qual saíram do assentamento; há quantos anos isso aconteceu; quais os motivos da saída; o nível de escolaridade; e se possuem intenção de retornar, para entender suas perspectivas em relação ao Assentamento. As indagações constantes do instrumento foram fechadas e abertas, possibilitando mais detalhadas explicações.

### Contextualização do êxodo jovem do campo

A sociedade tem capacidade de se adaptar e reproduzir o meio em que está inserida, adquirindo características dos que convivem, e os jovens, por

encontrarem-se em decurso de elaboração da sua identidade, fazem isso com ainda mais facilidade, mesmo sem perceber, o que se confirma na citação de Lopes e Carvalho (2015 p.573), quando exprimem que “[...] a juventude é uma categoria social e historicamente construída em que as características variam de acordo com o contexto em que se encontram inseridas”, o que transporta ao entendimento de que os jovens do meio rural guardam aspectos de vida distintos dos que vivem nos centros urbanos, necessitando de uma visão específica para as particularidades e necessidades suas.

Paulo (2011) comenta as diferenças encontradas, mesmo dentro da juventude campestre, quando se contabilizam alguns contextos. Ele faz menção à heterogeneidade, às condições socioeconômicas e culturais da família, à distancia dos centros urbanos e às distinções etárias.

Segundo, também, está no entendimento de Lopes e Carvalho (2015, p.572) “[...] a permanência dos jovens nos assentamentos seria o elo de ligação entre passado e o futuro”. No ensejo em que, entretanto, eles não encontram modalidades de constituir seu futuro, sentem-se obrigados a sair à cata de oportunidades, principalmente na direção das metrópoles ou das médias urbes.

Lopes e Carvalho (2015) assinalam, ainda, que está em crescimento o quantitativo de residências nos assentamentos onde só se encontra o casal, pois os filhos migram para as cidades, sendo atraídos pelo estilo de vida urbano, mas também pelas possibilidades de acesso a saúde, educação, emprego e independência.

Um dos problemas que Lopes e Carvalho (2015) citam - e se concorda plenamente - está nas políticas públicas descontextualizadas da realidade dos jovens, ou mesmo pensadas para eles, porquanto, ao chegarem aos assentamentos, são muito gerais e existem muitas especificidades que precisam ser levadas em linha de conta como, localização, potencialidades e necessidades da região, extensão da área, entre outras, razão por que impende se perceber e ofertar possibilidades para que os jovens se aproveitem do que seus assentamentos dispõem, desenhando ali seus devires.

Outros fatores também devem serem considerados, no que concerne à migração desses jovens para as cidades, o que Guindani (2015, p.51) se aloca nas “[...] dificuldades de acesso à escola, ao lazer e à cultura, associadas à curiosidade e interesse pelo trabalho remunerado”, acreditando que lá irão encontrar melhores condições de vida.

Guindani (2015) relata, ainda, fatores como desvalorização cultural, o preconceito de que o camponês é atrasado, influência da escola e dos meios de comunicação, a imaginação de que a cidade é sinônimo de viver melhor, a procura por autonomia - alguns dos motivos que ensejam a saída dos jovens dos assentamentos.

Malgrado nascerem e crescerem desenvolvendo atividades agrícolas junto às

próprias famílias, como frisado por Diniz (2008, p.189), “[...] no mundo camponês, as crianças, desde cedo, passam a ser aprendizes das atividades desenvolvidas no processo de produção agrícola, através de um conhecimento passado de pai para filho”, pois eles não querem continuar na mesma vida, trabalhando em serviços havidos como (ou na realidade) pesados e obtendo apenas o suficiente para sobreviver. Mais do que isso, eles creem que somente o meio urbano está habilitado a lhes proporcionar.

As dificuldades de acesso a bens e serviços também conformam um fator que determina a retirada do concerto rural, uma vez que, quando o lugar não propicia melhorias de vida, a consequência é o êxodo rural, segundo frisa Paulo (2011, p.95)

Se, em algumas regiões, o meio rural já possibilita aos seus habitantes o acesso a muitos dos bens e serviços que facilitam a vida, diminuindo assim as distâncias sociais e econômicas entre rural e urbano, em outras regiões, o rural continua sendo o espaço da precariedade, da dificuldade e muitas vezes, da impossibilidade, o que determina, na maioria dos casos, o êxodo rural.

Silva e Santos (2022) ressaltam a visibilidade concedida à cidade em relação a emprego e acesso a outras atividades, como cultura e lazer. Entrementes, no espaço camponês ocorre o inverso, relacionando-se com atraso, no âmbito do qual só existem roceiros e peões, com imagens pejorativas, o que desestimula os jovens.

Estes são atraídos pelas imagens exibidas das cidades, com muitos empregos, dinheiro, lazer, tudo o que o campo não tem para oferecer, mas chegam sem capacitação, com baixa escolaridade, ficando com as piores e mal remuneradas vagas de emprego, tendo que morar em barracos para economizar, sem tempo de estudar e ficando à margem na força do capitalismo, como se confirma na citação de Stedile (2005, p.31), pois, “[...] mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda é incomparavelmente melhor do que a do operário das cidades. Sem dúvida se nota que as desilusões pululam entre os que se deixam seduzir pela miragem dos grandes centros urbanos”.

Seben (2021), de outra vertente, expressa que existem, sim, muitas políticas públicas direcionadas para os pequenos produtores e os assentados investirem na produção ou desenvolverem atividades agrícolas, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que possibilita acesso a créditos e tecnologias, no entanto, não é o suficiente para atender todas as necessidades da população, principalmente dos mais novos, necessitando de ampliação de políticas públicas e de incentivos para a permanência dos agricultores no campo.

Ainda para Seben (2021), são fatores como falta de identificação com o

trabalho, carga horaria intensa, incluindo finais de semana e feriados, sem férias e, ainda, sendo atividades consideradas pesadas, juntamente à falta de recursos da propriedade e de investimentos externos, causas de grande desmotivação nos jovens.

Os grandes índices de partida dos jovens do meio rural motivam preocupação, por causa do envelhecimento dos produtores. Com assento na análise dos resultados do último Censo Agrícola realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2017, a maioria dos produtores registra idades de 45 a 54 e de 55 a 64 anos, ao passo que esse número diminui significativamente quando as idades são menores do que 30 anos.

Na perspectiva de Zótziz (2011), o envelhecimento dos produtores é ocorrente, em particular, porque os jovens não projetam seguir as atividades realizadas pelos pais, por não assegurarem uma boa circunstância, nem mesmo os próprios pais incentivam que os filhos permaneçam no campo, por acreditarem que irão conseguir melhores condições de vida apenas se saírem e estiverem trabalhando nos centros urbanos.

Esta, nem sempre, configura a realidade, atentando-se para todas as dificuldades encontradas no meio citadino, um ambiente totalmente diferente daquele onde os jovens estavam acostumados, um mercado sobradamente concorrido. Em muitos dos casos, esses jovens têm apenas ensino médio, quando o têm, sem condições financeiras, passando a aceitar quaisquer oportunidades que lhes forem oferecidas, além de estarem à mercê de drogas, tráfico, trabalhos desumanos em péssimas condições e vida em locais de risco.

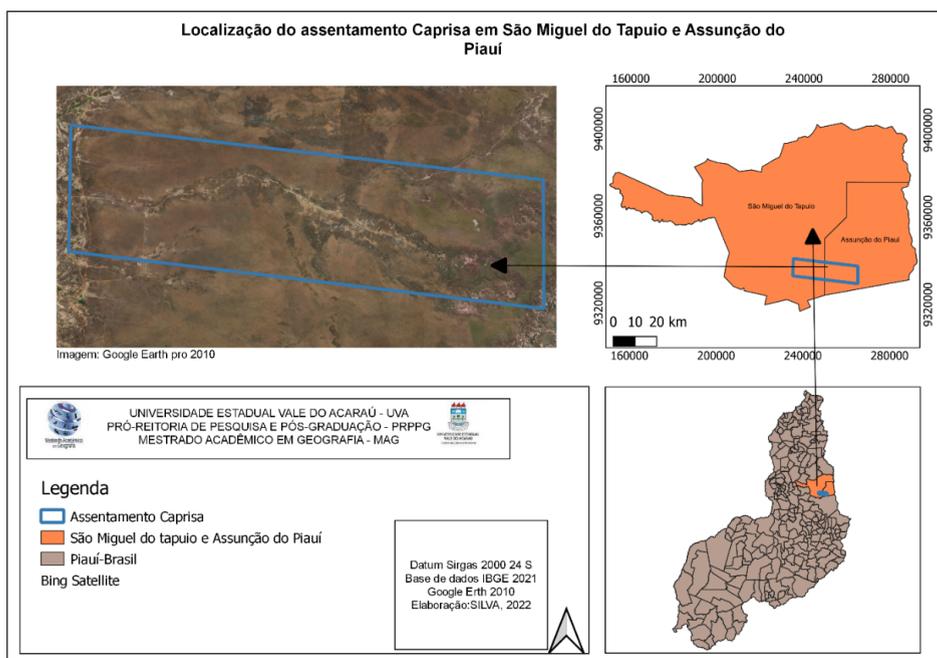
Migram, todavia, para as cidades por não conseguirem encontrar um jeito de continuarem no campo, faltando oportunidade para o estabelecimento de suas vidas, com o escopo de encontrarem a independência, mormente financeira, como é frisado por Santos e Silva (2022, p.112) que entenderem que os jovens migram para os centros urbanos porque “[...] veem no campo a falta de políticas públicas que favoreçam viver com mais dignidade neste espaço, o que contribui para a falta de motivação para viver no território camponês”, ou seja, parte deles sai por imposição, não por intento.

Portanto, a ausência de políticas públicas orientadas para iniciar a vida do jovem do campo, de investimentos ou linhas de crédito para essa parcela da população, de orientações, de uma educação que incentive e provoque o interesse pelo desenvolvimento de atividades agrícolas, de cursos de formação pensados para eles e acessíveis aos jovens que vivem nesse locais, exprimindo possibilidades de viver e trabalhar com arrimo no que o campo tem a oferecer, são elementos suscetíveis de reverter essa intensa migração, mas, que ainda não são disseminados pelos assentamentos brasileiros.

## O assentamento caprisa e a população jovem local

O Assentamento Caprisa localiza-se nos territórios de dois municípios piauienses - Assunção do Piauí e São Miguel do Tapuio - a 278 quilômetros da Capital, Teresina, como se observar na imagem abaixo. Possui 349 famílias assentadas e, segundo registro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2022), foi reconhecido como área de assentamento em 1998, inserido na área de pesquisa da dissertação que se sustentou há bem pouco tempo, junto ao Programa de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – MAG-UVA (Figura 1).

**Figura 1** - Localização do Assentamento Caprisa, São Miguel do Tapuio e Assunção do Piauí.



Fonte: SILVA (2022). Base de Dados do IBGE (2021).

Para a discussão aqui situada, considerou-se apenas a porção do assentamento que se encontra no Município de Assunção do Piauí, que contabiliza 62 famílias, correspondente a 196 pessoas, segundo relatório do agente comunitário de saúde que atende essa área.

O início do Assentamento aconteceu após descoberta das terras por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e representantes do INCRA. Estas glebas encontravam-se sem cumprir com sua função social, estando praticamente abandonadas, com pequenas áreas onde eram criadas

algumas cabeças de caprinos e da necessidade de famílias que residiam em locais que não dispunham de espaço, tampouco de condições financeiras para a prática da agricultura e da pecuária.

As terras foram compradas pela União e passaram a ser de responsabilidade do INCRA. Foi, então, instituída a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Caprisa (ACOMPAC), com o objetivo de comercializar os produtos dos associados, criar mecanismos de promoção no âmbito da produção, comercialização, saúde, educação e melhoria de vida, com vistas a fortalecer a organização econômica, social e popular dos associados e apoiar as lutas dos pequenos produtores e demais trabalhadores para reivindicar e conquistar direitos, segundo é citado no seu estatuto, benefícios paulatinamente recebidos – aos poucos - pelos agora assentados.

Conforme relato dos próprios moradores, as primeiras famílias chegaram ao local em 1996, passando a residir nos apriscos<sup>3</sup> das cabras. Construíram barracos de lona e embaixo de cajueiros, e, após o reconhecimento da área como assentamento, receberam diversos benefícios dirigidos para o incentivo ao trabalho e melhoria na qualidade de vida, como projetos com valores em dinheiro para investimento, materiais de trabalho para a apicultura e agricultura, construção de casas de tijolos, de alvenaria, para morada, estradas, escola, energia, elétrica e internet.

As famílias passaram a explorar e utilizar as terras para morar e trabalhar, fazendo as conhecidas roças, plantando feijão, mandioca, milho e outros produtos típicos da região, criando animais - caprinos, bovinos, galinhas, entre outros - e novas famílias foram constituídas, até chegar ao total registrado no momento.

Um dos primeiros projetos contemplado pelo Assentamento foi o de apicultura, criação de abelhas. Um grupo de jovens assentados recebeu uma verba no Banco do Nordeste do Brasil, do Governo federal, por intermédio do INCRA, para compra das caixas e equipamentos para que o mel fosse uma fonte de renda, projeto que já não existe.

No que é pertinente à Educação, o Assentamento conta com uma escola que oferta toda a Educação básica, da creche ao 3º ano do Ensino médio, o que possibilita aos filhos dos assentados realizarem esse curso sem terem que se mudar para as cidades, como acontecia há muitos anos.

Os casais mais antigos do Assentamento têm famílias grandes, geralmente mais de cinco filhos por casal, no entanto, atualmente, poucos desses rebentos ainda vivem ali, pois a maioria já migrou para cidades à cata de oportunidades de trabalho. Atualmente, as famílias são constituídas por três ou quatro pessoas por casa, no máximo, e praticamente em todas as residências há relatos de um

---

<sup>3</sup>Local usado para abrigar animais, gado, ovelhas, cabras.

parente próximo morando fora, em razão do trabalho.

De acordo com o mencionado por Paulo (2011), o fato de sair, mesmo pretextando trabalho, causa a perda da identidade, havendo a inibição pelo “moderno” a se assumirem como trabalhadores rurais, isto é, sentem vergonha perante os colegas urbanos de dizerem que realizam tais atividades, internalizando um sentimento elaborado pela sociedade moderna, na tentativa de ser aceito como “igual”.

Os primeiros moradores que realizaram a ocupação do Assentamento, hoje, estão idosos e aposentados, parte deles não tendo mais força nem saúde para o trabalho no campo. Os filhos que chegaram jovens e que continuaram no Assentamento já possuem filhos adultos, que já estão constituindo as próprias famílias, considerando que se perpetua a cultura de os jovens homens e mulheres contraírem o casamento muito cedo, com 15/16 anos, e já precisarem trabalhar para manter uma família, vendo-se obrigados a fazer isso fora do Assentamento.

Somente observando a população local, é notório o fato de que jovens de menos de 30 anos, que ainda ali residem, em sua maioria, já casados, pais de famílias, tanto homens como mulheres, vivem principalmente de programas sociais e com os(as) companheiros (as) indo e voltando para trabalhos informais em São Paulo e outras cidades, praticando no Assentamento apenas a agricultura sazonal e criando alguns animais.

Atualmente, no local, não há projetos coletivos que envolvam os assentados. A associação encontra-se praticamente extinta, sem uma participação efetiva dos membros, muitos da nova geração não possuem conhecimento sobre sua importância, o que dificulta o acesso a direitos.

O *locus* sob exame está situado no semiárido nordestino, com um clima quente e vegetação de caatinga, passando por muitos meses de estiagem, o que dificulta atividades agrícolas. A agricultura é realizada apenas no período chuvoso, de dezembro a abril ou maio, e somente envolve espécies típicas, feijão, milho e mandioca. Os produtores não contam com projetos de irrigação ou meios outros de acesso a água para consumo, apenas das chuvas e de poços tubulares.

No momento é possível contar nominalmente a quantidade de jovens de 18 a 30 anos que ali vivem - exatamente 21 pessoas, das quais quatro ficam indo e voltando, pois saem para ganhar dinheiro e voltam para passar um tempo com a família. Os demais estão tentando sobreviver, recebendo o agora novamente *bolsa família* ou fazendo pequenos serviços para a Prefeitura ou para outras pessoas, relacionando o jovem a mais aspectos do que a idade, como faz Trindade (2015, p.109): “[...] é necessário sublinhar que o processo de construção da categoria juventude rural está intrinsecamente ligado aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que permeiam a sociedade”.

Os filhos dos assentados, em geral, esperam, quando isso acontece, apenas completar 18 anos e migram para outros estados à demanda de trabalho. Praticamente todos constituem família antes dos 20 anos e precisam lutar pelo sustento dela, deixando muito cedo a escola, principalmente as meninas que, no máximo, com 16 anos, casam-se e, na maioria dos casos, abandonam os estudos. São contadas no Assentamento pessoas com ensino superior completo, sendo todos licenciados, pois as oportunidades de emprego que surgem no lugar advêm da escola mantida pela Prefeitura.

Grande parte dos jovens locais não possui a perspectiva de realizar um curso superior após a conclusão do Ensino médio, por precisarem trabalhar para ajudar na renda familiar, ou já têm as próprias famílias para manter, ou por não contarem com a oportunidade, como ressaltava Trindade (2016). Em razão da inexistência de políticas públicas de continuidade nos estudos, os jovens assentados são obrigados a encerrar os estudos no Ensino médio, haja vista o fato de que, dentre os 21 jovens que residem no assentamento Caprisa com idade de 18 e 30 anos, apenas três estão cursando o Ensino superior e 13 são casados ou pais.

Nota-se o quanto é desproporcional, em um local com 196 pessoas, haver apenas 21 com a faixa etária aqui considerada. Somente 10,7% das pessoas que hoje moram no Assentamento estão nessa faixa etária. Praticamente, todos os outros são crianças ou idosos, e as crianças são tão poucas que, para manter a escola funcionando nos anos iniciais do Ensino fundamental, é necessário colocá-las em multisseriado, o que gera uma quantidade de dez alunos por turma, em média. A população do Assentamento está envelhecendo e os jovens não estão continuando para garantir o futuro do seu *locus* de vida, o que propicia diminuir seu tamanho ainda mais e, como consequência, reduzir as políticas públicas e os investimentos.

Os primeiros a chegar ao Assentamento durante a sistematização possuem como principal fonte de renda as aposentarias, enquanto os demais sobrevivem da agricultura e criação de animais, agricultura de subsistência, pois é praticada pelos membros da família e é essencialmente para consumo próprio. O produto mais cultivado é o feijão, pois para o solo e clima do local, é o mais propício, é comercializada o excedente, quando tem. A apicultura também, ainda, é desenvolvida mais de modo individual e a venda é realizada no mesmo formato, para atravessadores que compram mais barato. Existe, ainda, a carnaúba, com extração do pó, no entanto, são rendas sazonais.

Quando termina cada período, para não passarem fome, muitos, principalmente os homens, saem para passar temporadas exercendo outras atividades nos centros urbanos e só retornam quando começa o novo período, sobretudo os que realizam apenas a agricultura.

Os produtores não contam com orientação de especialistas para ajudar a nortear quais as melhores modalidades de cuidar das melgueiras, qual o melhor

lugar para deixá-las, as maneiras de cuidado e manutenção. Não têm ajuda financeira para o desenvolvimento da produção, nem na comercialização, o mesmo ocorrendo na agricultura e pecuária. Os assentados estão por conta própria e a falta de informações e conhecimento sobre potencialidades e manejo da terra é um dos fatores que influencia na falta de desenvolvimento dessas atividades e na renda que elas poderiam fornecer aos assentados.

A falta de perspectiva de melhores condições de vida por meio do trabalho no campo é ainda maior com relação às pessoas do sexo feminino, quando se vê que praticamente todas as jovens do assentamento são casadas e têm filhos, antes mesmo da conclusão do Ensino médio, pois ainda é muito robusta a hierarquia masculina. Uma menina sai dos cuidados dos pais e vai para os do marido, pois elas não conseguem encontrar outros meios de vida ou acreditar que é possível estudar e obter uma carreira.

Dentre os 21 jovens de 18 a 30 anos, que ainda residem no Assentamento, nove são mulheres e apenas duas ainda não são mães. Isso também é observado nas meninas das faixas etárias menores, pois, com 14 anos, elas estão indo morar com os namorados e tendo filhos. Em sua maioria, desistem da escola e tornam-se donas de casa, muitas vezes não pelo sonho, mas pela falta de opção. Lopes e Carvalho (2015) relatam que o fato de os jovens rurais casarem e constituírem famílias cedo contribui para sua invisibilidade, deixam de ser jovens que necessitam de políticas para tal categoria e tornam-se mais uma família lutando para sua sobrevivência.

Visivelmente acontece no Assentamento Caprisa é que, muito cedo, os jovens tornam-se donos e donas de casa, pais e mães de família e precisam procurar sobreviver, não existindo grupos de jovens, ou alguma modalidade de organização, onde sejam capazes de melhorar suas condições e oportunidade, não encontram perspectivas para conquistar autonomia e realizar seus sonhos enquanto jovens assentados. Existe, ainda, problema abordado por Trindade (2015), ao exprimir que os jovens não têm protagonismo, não são vistos como sujeitos que possuem direitos, não existe uma vista d'olhos para essa categoria na constituição de políticas públicas e na garantia de acesso a bens materiais e culturais.

O Assentamento possui terras o suficiente para residência e trabalho dos assentados e seus filhos, que já constituíram famílias ou pretendem. O que falta é oportunidade ou visão para continuar as vidas, perceber e aproveitar as potencialidades que o Assentamento tem a oferecer. Para isso, é necessário que tenham acesso a informações, orientações, ou que a escola ofereça uma educação que abranja tais aspectos, que trabalhe as necessidades dos jovens que atendem, contextualizando os conteúdos e a realidade comunitária.

O Assentamento não possui posto de saúde, tem atendimento médico uma vez por mês, quando o médico pode ir tendo meses que vai apenas um en-

fermeiro para tratar quaisquer tipos de problemas que possam ter, possuindo apenas um agente comunitário de saúde, um assentado, que faz visitas mensais, atualizando a situação de saúde das famílias e orientando com cuidados básicos.

O local, também, não possui modalidades de lazer, sendo o futebol e juntar-se para beber as diversões, o que também afasta os jovens, que têm mais esse motivo para sair do Assentamento, a procura por diversão. Isto sucede, também, em outros assentamentos, como na citação de Trindade (2016, p.290), se referindo a outro assentamento do Piauí e a um da Bahia, "Os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança vivem em condições de precariedade em dimensões múltiplas, culturais, educacionais, lazer, trabalho, saúde, dentre outras"

Sobra clara a noção de que um jovem filho de assentado não deve ser obrigado ou ter como responsabilidade passar toda a sua vida no assentamento, mas que seja garantido que ele tenha a opção, que seja sua decisão continuar, ou sair, em busca de outras oportunidades, mas, se ele quiser ficar, que tenha a possibilidade de sobreviver no próprio assentamento, mas, para isso ocorrer, tem que acontecer como é citado por Trindade (2015, p.184): "[...] os/as jovens precisam ser estimulados a ficarem no campo, ter condição de trabalho remunerado, algo que possa gerar renda dentro dos assentamentos".

Em uma das visitas realizadas, encontrou-se o filho de um morador que hoje reside na cidade de São Miguel do Tapuio, e ele relatou ser apaixonado pelo lugar, no entanto, é obrigado a morar fora por não ter como manter a família vivendo no Assentamento.

Há muito tempo, o assentamento Caprisa não é contemplado com políticas de incentivo aos assentados, com projetos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias que incentivem o trabalho no campo e a continuação dos jovens ali.

Isso vem ocorrendo por fatores como falta de organização dos assentados, a cada ano perdendo a identidade de assentamento, principalmente por causa da quase extinção da Associação e do afastamento dos órgãos que ajudaram no início, MST e INCRA, falta de conhecimento de seus direitos, especialmente as novas gerações, as políticas neoliberais de desmanche de comunidades que aconteceram nos últimos anos e tudo se agravou com os anos de pandemia da covid 19.

Os últimos anos foram marcados pela negligência à população mais pobre do País, sobretudo os pequenos trabalhadores do campo, e aos assentamentos, falta de políticas orientadas para incentivos dessa população e muito investimento nos setores industriais, com um governo que trabalhava em prol dos detentores do capital, e com a pandemia, que tudo precisou ser parado no mundo. Com isso, a situação dos jovens assentados se agravou e diminuíram ainda mais as oportunidades nesses territórios, e o Assentamento Caprisa também foi atingido.

Com uma saída ainda maior de moradores, observou-se que, nos últimos

anos, houve casos de saída de famílias inteiras, que não encontraram mais meios de continuar percebendo-se que não são somente clima, vegetação e seca que acarretam a saída dos trabalhadores rurais, mas, principalmente, a falta de políticas públicas, incentivos e investimentos.

Assim como os demais trabalhadores do campo no Brasil, os moradores do assentamento Caprisa precisam ter acesso a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento de projetos agrícolas, linhas de crédito para investimentos no campo, formação e orientação adequada, uma educação do campo na escola - que já é no campo - oportunidades e possibilidades para continuar vivendo e sobrevivendo do trabalho no Assentamento.

### **Jovens egressos do assentamento**

Alguns fatores são apontados como causas da falta de identidade dos jovens com relação ao trabalho no campo. Além da falta de políticas de apoio, menciona-se a educação, pois, malgrado haver escola no assentamento sob estudo, ela não utiliza metodologias, conteúdos, ou didáticas contextualizadas com a realidade local.

A escola segue o sistema educacional geral, sem alinhar as necessidades da população que atende, negligenciando a formação da identidade como alguém que vive no campo e apresenta necessidades relacionadas a sua região. A escola precisa fazer sentido para os estudantes, possuir atividades que atuem na constituição do vínculo dos alunos com a terra, o que não acontece, causando até a desistência por não possuírem motivação para concluírem, pelo menos, o Ensino médio, pois, como ressaltado por Paulo (2011, p.237), “[...] as identidades dependem da construção das diferenças. A Escola é, por assim dizer, um espaço propício para tais construções”.

A falta de participação e conhecimento na construção e luta do Assentamento, também, é um fator importante, porquanto as novas gerações o encontraram com basicamente tudo o que tem hoje, não precisaram ir à luta à procura de melhorias, e a maioria nem conhece a história do processo de fundação, não sabe as dificuldades que pais e avós enfrentaram para chegar ao que existe hoje, não se identificando com o Assentamento, com o ser assentado, considerando que, de acordo com Paulo (2011, p.95), “[...] essa identidade é definida por um sentimento de pertencimento orientado por uma rede de significados e conteúdos vividos por esse grupo”.

Culturalmente, o lugar não adotou tradições comuns em muitas comunidades, como comemorações nos aniversários, festejos, Santos Reis, ou quaisquer outras, o que poderia servir como atração local para as novas gerações em determinados períodos do ano.

Não possuindo meios de lazer, o que os jovens encontram com facilidade nos centros urbanos é outro fator bem determinante para a migração jovem, que

veem nos meios de comunicação televisão e internet outras possibilidades e ficam seduzidos a experimentarem o que o Assentamento não oferta. Trindade (2015) confirma essa ideia, ao ressaltar que os meios de comunicação constituem os principais difusores da cultura e levam os jovens do campo a incorporarem elementos culturais não típicos do meio rural.

É principalmente a questão financeira, todavia, que mais tem força em relação a essa saída dos assentados, o que é citado por Paulo (2011), ao dizer que as condições familiares, econômicas e socioculturais são as mais determinantes na permanência ou não dos jovens no campo. Mesmo possuindo terras, os jovens não veem um futuro ou mesmo não possuem condições de iniciar algum projeto com suporte no que o Assentamento possui, como agricultura irrigada, construção de áreas de pastos para criação de animais de corte, ou leiteiro, ou fontes outras de renda que sejam desenvolvidas no campo.

Sem informações, orientações ou investimentos, sem acesso a políticas públicas que contribuam na criação de oportunidades para sobreviver do próprio Assentamento, os jovens migram muito cedo para as cidades atrás de melhores condições de vida, o que é algo muito comum no Caprisa, onde praticamente todos os jovens saem para trabalhar fora.

Foi realizado questionário com 11 desses jovens, com idades de 18 a 30 anos. São filhos de assentados, mas estão estabelecidos em centros urbanos, e essa quantidade foi apenas uma amostra, mas existem muitos outros, sendo mais velhos e mais jovens, possuindo também os que não se estabeleceram fora, mais passam temporadas e retornam.

Com relação à idade de saída, pergunta realizada aos jovens que responderam ao questionário, apenas duas meninas saíram ainda adolescentes com 13 e 14 anos, pois casaram com pessoas de fora e mudaram-se, enquanto os demais saíram logo depois de completar 18 anos, por variados motivos.

Dos 11 jovens que participaram da pesquisa, só dois ainda não são casados nem tem filhos, ao passo que os demais todos já possuem famílias e todos já saíram casados do Assentamento, na perspectiva de trabalhar para mantê-las. Somente os dois que ainda não têm famílias estão cursando o Ensino superior, enquanto os demais estão apenas trabalhando. Dentre eles, cinco têm Ensino médio completo, dois apenas o Ensino fundamental e um nem o fundamental.

Dos 11, dez saíram do assentamento para trabalhar, pois, segundo relatado pelos próprios, não encontravam oportunidade de se manter e manter suas famílias vivendo no Assentamento. Sentindo-se obrigados a migrar para cidades à procura de trabalhos remunerados, só um saiu para realizar curso superior. Os dez estão trabalhando.

Quando questionados se sustentam o desejo de retornarem ao Assentamento, três participantes disseram que não, por considerarem a vida mais difícil do que a que têm atualmente, em particular, pelas questões financeiras. Os demais

assinalam esta intenção, alguns frisando que estão apenas tentando conquistar alguns bens para voltar, enquanto outros dizem possuir o desejo, mas não acreditam que isso venha a acontecer por causa da dificuldade de sobreviver com as possibilidades que exhibe o Assentamento.

Todos que demonstraram possuir vontade de retorno explicam isso com base na tranquilidade, segurança e saudades das famílias, por sentirem que seu lugar de pertencimento é o Assentamento e que a cidade é algo obrigatório e provisório, e que, quando conseguirem algum modo de sobreviver, irão retornar.

Com suporte nas respostas colhidas com os questionários, remata-se que os jovens do Caprisa migram muito cedo, principalmente por causa da necessidade de trabalhar, pois ali não encontram oportunidade para constituir e manter as famílias, mas, percebe-se que gostam muito do Assentamento e que, se fosse possível, estariam vivendo lá.

Resulta evidente, portanto, que o problema do êxodo dos jovens assentados é a falta de oportunidade e de perspectivas de estabelecerem suas vidas, conquistarem independência e autonomia no próprio Assentamento, mas, baseada nas respostas oferecidas, vê-se que a maioria acredita que isso é capaz de mudar um dia, e que, quando acontecer, eles retornaram com suas famílias.

### Considerações finais

Os jovens, atualmente, já têm muito mais acesso a políticas públicas, ao se comparar ao que ocorria há muitos anos, no entanto, ainda não são suficientes para abarcar todas suas necessidades, considerando que muitos são obrigados a abandonar seus locais de origem, os assentamentos, à caça de melhores condições de vida, pois não encontram meios para manutenção na área rural.

O Assentamento Caprisa, quando cotejado com muitos outros, inclusive dentro do Estado do Piauí, ainda tem muito para se desenvolver, pois, apesar da grande quantidade e da boa qualidade das terras, que propiciam a agricultura, não se vê, dentro do Assentamento, uma produção que supra, pelo menos, as necessidades dos moradores, como hortas com frutas e verduras.

São muitas, contudo, as transformações ocorridas, da época da ocupação até agora. Os próprios moradores relataram que houve grandes mudanças no Assentamento, sendo as mais importantes a escola e a água encanada, pois os poços tubulares que foram encontrados nas terras, hoje, são equipados, e todos os moradores dispõem de água nas torneiras de casa. Dessa maneira, é tangível o fato de que o Assentamento, embora pequeno e pouco aproveitado, ou usufruído de maneira incorreta, avança, mesmo que seja a passos lentos. Nos seus 27 anos de história, percebe-se que muito já foi feito, mas há bastante a ser melhorado.

Principalmente em relação a oportunidades para as novas gerações, observa-se que, quanto a produzir e gerar renda, ele parou no tempo, nunca deixou de

praticar apenas a agricultura sazonal, necessitando de ajuda externa, de políticas, orientações e incentivos financeiros, para que ocorram mudanças efetivas, e os jovens tenham a possibilidade de ali permanecer, constituir e criar suas famílias.

Vê-se, após a pesquisa realizada, que os jovens não moradores, hoje, do Assentamento, não saíram por vontade própria, mais por falta de opção, e a maioria conserva um grande carinho, detendo enorme vontade de retorno, mas tal não é possível, em razão das condições financeiras, pela falta de oportunidade de conquistar independência de renda, mas eles continuam alimentando a esperança de retorno.

Para que os assentamentos tenham no futuro mudanças rápidas e efetivas com relação a oportunidades e garantia de melhores condições de vida aos jovens e às próximas gerações, faz-se urgente o acesso desses camponeses às políticas públicas de incentivo, créditos, investimentos financeiros, educação e informações direcionadas para a valorização do trabalho no campo e obtenção de sua identidade como assentado e trabalhador rural.

## Referências

Censo agro 2017, resultados definitivos. **IBGE**, 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html). Acesso em: 23 de mar. de 2023.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2008, 228 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GALINDO, Erika. Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e Sustentabilidade. *In*: MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.) **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014, cap. 1, p. 39 – 64.

GUINDANI, Carla Tatiane. **Jovens de assentamentos de reforma agrária: uma análise sobre o êxodo de jovens do assentamento conquista na fronteira**. 2015. 122 p. Dissertação (mestrado em agroecossistema) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LOPES, L. G. R. CARVALHO, D. B. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, N° 04, p. 571-588, Out/Dez. 2015.

**Silva & Ximenes**

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. 2011, 326 p. Tese (Doutorado em sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SEBEN, Jéssica Zulian. **Êxodo rural: fatores determinantes para a saída do jovem agricultor familiar do meio rural de Tapejara-RS**. 2021. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade e Escola Curso de Administração, Tapejara – RS.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 240 p.

TRINDADE, Domingos Rodrigues de. Perspectiva de futuro [sic] dos/das jovens de assentamentos rurais microrregião Guanambi - Bahia. **Retratos de assentamentos**, .19, n.1, 2016.

TRINDADE, Domingos Rodrigues de. **Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia**. 2015, 357 p. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, Município de Camargo/RS**. 2011. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo.

SANTOS, Josimario Marques dos; SILVA, Janaine Zdebski da. Desafios da juventude do campo na comunidade do Riachão. *In*: CARVALHO, Franklin Plessmann; REIS, Ricardo Pacheco. (org.). **Educação do campo em perspectiva**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2022, parte 2, p. 107- 126.

Censo agro 2017, resultados definitivos. **IBGE**, 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html). Acesso em: 05 de jun. de 2023.